



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

DA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL.

Assunto: Parecer sobre Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2022.

Processo Licitatório n.º: 049/2022.

Retorna o caderno licitatório no dia 12 de julho de 2023, por determinação do Senhor Prefeito Municipal e do Fundo Municipal de Saúde, referente a Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2022, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, para **prorrogação** do credenciamento de “empresa especializada na área de saúde médica (hospital, clínica geral), com fornecimento de medicamentos, e estabilização dos pacientes e serviços médicos com internamentos, medicação e serviços de apoio ao diagnóstico”, descritos da seguinte forma na solicitação secretarial, vejamos:

**Anexo I**

Item	Quant.	Especificação dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
1	300	Prestação de serviços médicos com fornecimento da estrutura hospitalar, incluindo medicamento para estabilização de pacientes a serem encaminhados ao serviço de referência ou internamento no próprio estabelecimento de segunda a sexta, das 19:00 às 07:00 horas, conforme a necessidade da municipalidade, inclusive em eventuais ausência do profissional médico no centro de saúde. Também deve ser prestados no mínimo os seguintes procedimentos: 1) Consulta de plantão; 2) Lavagem de ouvido; 3) Drenagem; 4) Sutura; 5) Retirada de corpos estranhos; 6) Ginecologia; 7) Cauterização	1.600,00	480.000,00
2	150	Prestação de serviços médicos com fornecimento da estrutura hospitalar, incluindo medicamento para estabilização de pacientes a serem encaminhados ao serviço de referência ou internamento no próprio estabelecimento nos sábados, domingos, feriados, ponto facultativos, 24 (vinte e quatro) horas, conforme a	3.200,00	480.000,00



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

		necessidade da municipalidade. Também deve ser prestados no mínimo os seguintes procedimentos: 1) Consulta de plantão; 2) Lavagem de ouvido; 3) Drenagem; 4) Sutura; 5) Retirada de corpos estranhos; 6) Ginecologia; 7) Cauterização		
--	--	--	--	--

Os procedimentos abaixo descritos, os quais não possuem cobertura do SUS, deverão ser prestados conforme a necessidade de segundas a sextas-feiras nos horários não abrangidos no anexo I.

## **Anexo II**

Item	Quant.	Especificação dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
1	150	Lavagem de ouvido	45,00	6.750,00
2	150	Drenagem	55,00	8.250,00
3	150	Sutura	55,00	8.250,00
4	150	Retirada de corpos estranhos	55,00	8.250,00
5	150	Cauterização	65,00	9.750,00

Pois bem. Passemos a uma análise detalhada.

Diante dos documentos trazidos pelo Secretário Municipal de Saúde, observa-se a existência de vícios no presente procedimento licitatório, que impedem a continuidade do certame, os quais já haviam sido tema de preocupação no parecer jurídico retro.

Observam-se inconsistências acerca dos serviços a serem prestados e confusão entre os serviços a serem realizados na presente licitação, e, no Pregão Presencial n.º 023/2019, o qual tem como objeto o atendimento médico na UBS.

É possível identificar inúmeros atendimentos sendo realizados pelo Dr. Miguel Juri Reston Jr. no hospital, em horários incompatíveis com o horário de atendimento fixado na presente licitação e no edital e contrato do Pregão Presencial n.º 023/2019, na UBS.

Além disso, é possível observar a realização de inúmeros procedimentos que não estão acobertados pelo objeto licitatório, que deveriam ser realizados na UBS – Unidade Básica de Saúde, que não possuem qualquer gravidade, mas que são realizados no Hospital.



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Por outro lado, utilizando de amostragem apenas do mês de março de 2023, e comparando os atendimentos realizados pelo mesmo médico no Pregão Presencial n.º 023/2019 e Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2022, observa-se que este realizou o atendimento de 1617 munícipes.

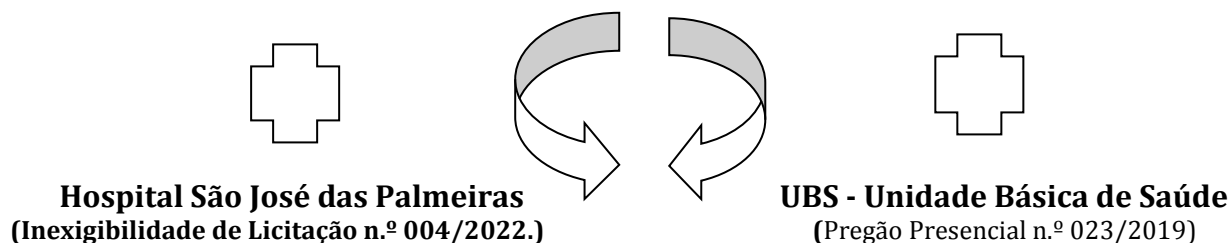
Mês Referência - 2023	Atendimentos realizados pela licitação Pregão Presencial n.º 023/2019	Atendimentos realizados pela Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2022
Março	825	792
<b>TOTAL</b>		1617

Portanto, o número de consultas/atendimentos realizados em 1 (um) mês, realizados por um único médico, atinge 44,90% do número de habitantes da cidade, de aproximadamente 3.601 pessoas, segundo IBGE do ano de 2021.

Destaco que não estão contabilizados os atendimentos médicos realizados em hospitais de referência da região, cujos pacientes são encaminhados diariamente com motoristas do município.

Assim, ao analisar atentamente tais números observa-se que carece de verossimilhança os relatórios de atendimento realizados e não existe segurança jurídica para manutenção do contrato, pois os relatórios são emitidos unilateralmente pela empresa fornecedora.

Ainda que o valor pago mensalmente seja fixo, isso pode ocasionar enriquecimento ilícito indireto, se considerarmos a existência da segunda licitação Pregão Presencial n.º 023/2019, na qual o mesmo médico recebe por consultas realizadas.





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Não é demonstrada uma organização da Secretaria Municipal de Saúde acerca do agendamento de consultas e redirecionamentos, o possibilitaria um ciclo contínuo de reconsultas de pacientes.

Percebe-se que as irregularidades indicadas anteriormente **dizem respeito a indícios de falhas graves de organização e fiscalização do contrato pelo gestor, que entrega a gestão dos contratos às empresas fornecedoras.**

Neste sentido, replicando as palavras do Ministro Gilmar Mendes do STF, (HABEAS CORPUS 171.576 RIO GRANDE DO SUL, “in verbis”:

É que, no processo licitatório, **não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades.** No processo licitatório, portanto, o assessor jurídico está restrito a atestar a presença, ou não, do decreto, quando o Ministério Público exige que ele investigue a presença, ou não, da emergência. A assinatura do assessor na minuta do contrato, de igual modo, serve de atestado de cumprimento de requisitos formais e não materiais.

Diante dos apontamentos realizados, esta procuradoria opina desfavoravelmente à manutenção do presente contrato/licitação.

Por oportuno, sugiro que a comissão notifique o fiscal do contrato, a controladoria, bem como a comissão de recebimento para que se manifestem.

Este é o parecer.

São José das Palmeiras, 12 de julho de 2023.

Herbert Correa Barros  
OAB/PR 51.127  
Procurador do Município